

Fumos, Espelhos e a Reconfiguração do Discurso Político

Uma das maneiras através das quais a política muda é pelo vocabulário que nós usamos para descrever ou representar aquilo que acontece, e pelas respectivas consequências na forma pela qual compreendemos e interpretamos essas mesmas coisas. Interessantemente, os usos possíveis do título desta rubrica, "Reconfigurações", é um excelente exemplo do que acabo de afirmar.

"Reconfiguração" é um termo que é frequentemente, e de uma forma muito positiva, empregue pelos proponentes da Terceira Via, sobretudo no Reino Unido, para descrever a natureza dos processos através dos quais eles estão a mudar a política; a não ser que se seja muito cuidadoso facilmente se pode resvalar e aceitar a perspectiva segundo a qual está a acontecer algo chamado reconfiguração, e envolvermo-nos assim em debates cujos parâmetros são estabelecidos pela ideia de 'reconfiguração', tal como até que ponto e em que áreas é que aconteceu, em vez de ter como escopo central a análise da natureza das mudanças. Quer dizer, o que é necessário (fundamental) é um confronto com o conceito tal como ele foi usado pela política da Terceira Via. E, mais geralmente, podemos tomar este caso como um exemplo da necessidade mais de problematizar do que assumir como algo dado o vocabulário através do qual discutimos política.

Há dois importantes elementos nas maneiras pelas quais o debate político contemporâneo é por vezes estruturado que são especialmente importantes, os termos através dos quais a política é enquadrada e as maneiras como a sociedade é apresentada a si própria; estes dois elementos são os referidos no título deste artigo como 'fumos' e 'espelhos' respectivamente(1).

Talvez os mais obscuros dos fumos sejam aqueles que rodeiam o próprio termo 'A Terceira Via'. Tem havido um interminável e inconclusivo debate acerca do que tal significa precisamente, do que é que implica e induz. Estes debates, contudo, convergem no facto de que a Terceira Via envolve um afastamento da 'velha política', e particularmente das suas conotações derivadas das oposições binárias, como capital-trabalho e estado-mercado. Há pelo menos três maneiras através das quais a 'política' está a ser reconfigurada através desta terminologia da Terceira Via. Uma é através de uma *fusão* de interesses anteriormente opostos. Assim, estado e mercado são agora vistos através de uma relação de *cooperação*, ou, por vezes, como uma *parceria* (como as 'parcerias público-privado' que actualmente dominam a provisão de bens sociais no Reino Unido, e acerca das quais Susan Robertson escreverá no próximo artigo desta rubrica), ao mesmo tempo que aquilo que são essencialmente formas actualizadas de corporativismo (frequentemente envolvendo o vocabulário de 'parceiros sociais') são invocadas no sentido de dissolverem os conflitos entre os dois lados da indústria e do comércio. E quando estas tentativas são focalizadas, são tipicamente re-interpretadas e representadas como inclusão/exclusão social, o que representa um passo atrás nessa senda da fusão, mais do que um reconhecimento da intransigência da oposição mútua. Este tipo de manobra também caracteriza a segunda maneira através da qual a Terceira Via reconfigura as concepções de política. Neste caso, representa a *transcendência* das oposições binárias, com a intimação de que o projecto da Terceira Via *une* a sociedade, moral ou nacionalmente, por exemplo, e *ultrapassa* conflitos entre interesses inerentemente opostos.

O última, e eventualmente mais comum, dos passes de fumo da Terceira Via é o de representar-se a si mesma como uma *alternativa* quer ao estado, quer ao mercado. É possível com facilidade fazer uma longa lista de candidatos a esta posição intermédia - a comunidade, a sociedade civil, as redes, o capital social, a solidariedade, e por aí adiante. Há duas questões com estes termos. A primeira é que ambos cobrem uma ampla gama de casos empíricos, que estão longe de ser compatíveis, ou sequer comensuráveis entre si. A outra é mais importante para o nosso fim. É que apesar desta gama de aplicações, estes termos possuem um certo número de características em comum que os tornam extremamente importantes para os fumos lexicais da Terceira Via. Ao nível psicológico, conotam afecto e não dureza, a união e não divisão, veiculam conotações morais de inclusão e ausência de conflito, nos termos da 'velha' política eles são neutros, e contêm uma significativa flexibilidade de significado. Estas qualidades tornam-nos ao mesmo tempo socialmente vazios e despolidizados - e dessa forma meios ideais para representar um projecto político que procura minimizar o papel da política.

Quando olhamos para os 'espelhos' encontramos um quadro semelhante, de facto complementar. Por espelhos quero eu referir muito directamente as formas pelas quais a sociedade é apresentada aos seus membros, através da utilização de indicadores e referentes sociais. Estas reflectem perfeitamente os tipos de objectivos sugeridos pela terminologia acima sugerida. Por um lado, estes medem, indicam e referenciam níveis de Inclusão Social e não níveis de pobreza, por exemplo, fornecendo dessa forma substância, e reforçando o estatuto, da Inclusão Social como uma forma de dar conta da realidade social e política ao mesmo tempo que mina formas alternativas de o fazer. Aqui os fumos e os espelhos combinam-se claramente para produzir o efeito *trompe l'oeil*. E, por outro lado, as abordagens da Terceira Via tendem a empregar como indicadores categorias que contêm todas as características a que já nos referimos na lista das alternativas às distinções do estado-mercado - exclusivamente conotações positivas, de neutralidade, e talvez sobretudo, de flexibilidade. Os descritores de indicadores formados à volta destes elementos surgem como uma espécie de guisado político, em si mesmo sem sabor/significado, mas idealmente adequados para absorver todos os sabores pelos quais possa ser eventualmente rodeado.

Um exemplo emblemático deste tipo de indicador é a 'qualidade'. A 'qualidade' é algo a que ninguém se opõe, que toda a gente procura, que fica fora e acima das políticas partidárias - e que pouco significado intrínseco possui. Um exemplo muito claro daquilo que pretendo dizer pode ser encontrado na publicação da UE, *European Report on the Quality of School Education: Sixteen Quality Indicators*, na qual 'qualidade' se transforma no meio principal através do qual a UE pode intervir nos sistemas educativos nacionais. Neste documento, a neutralidade e a flexibilidade da 'qualidade' são usadas não só para ampliar a agenda de convergência através do alargamento da lista daquilo que pode ser compreendido na qualidade, mas também para permitir uma mudança no papel dos indicadores, que deixam de ser meros registos/reflexos daquilo que está a acontecer nos sistemas educativos nacionais para se tornarem um meio para prescrever e o monitorizar aquelas políticas e actividades.

Nada do que precede tem como objectivo sugerir que não tem havido mudanças extremamente importantes na relação entre o estado e o mercado, entre o trabalho e o capital, por exemplo, ou no lugar e no âmbito da política ao níveis nacional e supranacional, ou que aquilo que se deve fazer é regressar ao nosso antigo vocabulário. É claro que as velhas categorias já não funcionam como antes, e que os campos da política e da educação, a sua interacção mútua e as suas relações com o capital se não se transformou a todos os níveis, pelo menos modificou-se significativamente pelo conjunto das forças e instituições referidas sob o nome de globalização. Trata-se, antes, de sugerir que não estamos bem servidos com os vocabulários de fumos e de espelhos, e os conceitos de borracha e desenxabidos, que em muitos casos foram introduzidos para substituir aqueles outros, e que essas alternativas ameaçam por si mesmas contribuir para a despolitização da política.

1 A frase 'fumos e espelhos', inspirada nas artes mágicas que se baseiam no 'trompe l'oeil' para persuadir a audiência, é frequentemente usada para referir a apresentação de políticas e partidos políticos.